

Planejamento Estratégico

2024/2032

MPES
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo

Luciana Gomes Ferreira de Andrade

Procuradora-Geral de Justiça

Elda Márcia Moraes Spedo

Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

Josemar Moreira

Subprocurador-Geral de Justiça Judicial

Alexandre José Guimarães

Subprocurador-Geral de Justiça Institucional

Gustavo Modenesi Martins da Cunha

Corregedor-Geral do MPES

Maria de Fátima Cabral de Sá

Subcorregedora-Geral do MPES

Humberto Alexandre Campos Ramos

Ouvidor do MPES

Sidia Nara Ofranti Ronchi

Ouvidora da Mulher do MPES

Catarina Cecin Gazele

Decana - representando o Colégio de Procuradores

Francisco Martínez Berdeal

Secretário-Geral e Responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)

Lidson Fausto da Silva

Diretor-Geral

Equipe Técnica

Fabricio Ferraz Pêgo, Ana Paula Senna Dan Rossoni e Karla Massaria Loureiro
Assessoria de Gestão Estratégica - AGE - Unidade de Planejamento e Projetos

Apoio

Assessoria de Comunicação - ASCM
Assessoria Legislativa - ALE

Agradecimento

Às(Aos) membras(os), às(aos) servidoras(es), às(aos) estagiárias(os) e às(aos) demais colaboradoras(es) que contribuíram com dados e informações de suas atividades, trabalhando juntas(os) para um MPES mais eficiente e resolutivo.

Sumário

4 MENSAGEM DA
PROCURADORA-GERAL
DE JUSTIÇA

5 APRESENTAÇÃO

6 INTRODUÇÃO

7 A HISTÓRIA DO
PROJETO DE REVISÃO
DO PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO

9 MISSÃO, VISÃO
E VALORES

10 MAPA
ESTRATÉGICO
MPES 2024-2032

11 PERSPECTIVAS,
OBJETIVOS
INSTITUCIONAIS E
PROGRAMAS

Mensagem da PGJ

É com a satisfação de dever cumprido que apresentamos às(aos) membras(os), às(aos) servidoras(es) e às(aos) colaboradoras(es) do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), bem como às(aos) cidadãs(ãos) capixabas, nosso Planejamento Estratégico 2024-2032.

A capacidade de adaptação e a constante evolução são cruciais para qualquer instituição que se proponha a atuar na transformação social de forma eficiente, prestando serviços públicos de qualidade. No contexto do MPES, essa busca por excelência é de extrema importância, considerando a sua nobre missão constitucional na promoção da justiça e na defesa dos interesses públicos da sociedade capixaba. E para exercer nosso trabalho, torna-se imperioso planejar estrategicamente ações adequadas e exequíveis, que gerem resultados cada vez mais alinhados aos anseios da coletividade.

Conscientes da necessidade de alinhar nossas estratégias com as crescentes demandas do sistema de justiça e da sociedade, representados, em parte, pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) instituídos pela Organização das Nações Unidas (ONU), o MPES iniciou, em 2023, um processo de revisão do planejamento estratégico institucional

na busca por melhores resultados para as(os) capixabas. O produto desse esforço é o presente documento, que não só destaca as principais conclusões, mas também delineia o caminho a ser percorrido nos anos de 2024 a 2032.

Durante esse processo, foram analisados os objetivos, os recursos e os desafios atuais e futuros da instituição, além da realização de consultas às partes interessadas, sendo elas: membras(os), servidoras(es) e, em especial, as(os) cidadãs(os). A meta era clara: construir um plano estratégico que não apenas preservasse os valores fundamentais desta instituição, mas que também incorporasse as inovações necessárias para enfrentar os desafios emergentes e atender às expectativas da coletividade.

Neste relatório, apresentamos as conclusões e os principais elementos do novo plano estratégico, reafirmando nosso compromisso com a cidadania, a justiça, a transparência e a melhoria contínua. Nosso objetivo é orientar o MPES em direção ao futuro, onde possamos desempenhar com excelência o nosso papel fundamental como defensores da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Temos confiança de que os objetivos estratégicos delineados neste novo plano refletem a nossa visão compartilhada de um Ministério Público forte, responsivo

e eficaz. De um MPES mais perto das pessoas, mais público e que está no centro do diálogo com a sociedade.

No entanto, esse é apenas o começo da nossa jornada. Implementar essas estratégias e alcançar os resultados desejados exigirão comprometimento, colaboração e esforço coletivo de todas(os) as(os) integrantes da nossa instituição.

O MPES está firmemente empenhado em alcançar um futuro de justiça, igualdade e integridade. Esperamos que este documento sirva como um farol para guiar os nossos esforços nos próximos anos e como uma referência clara dos nossos compromissos com a sociedade que servimos.

Agradecemos a todas(os) as(os) envolvidas(os) na revisão da estratégia institucional e esperamos ansiosas(os) por trabalhar, em conjunto, para o alcance dos objetivos compartilhados neste instrumento. Com respeito e dedicação à justiça.

Luciana Gomes Ferreira de Andrade

Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Apresentação

A atuação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) representa um alicerce crucial na preservação do Estado Democrático de Direito e na promoção da justiça em nossa sociedade.

Com o auxílio de um planejamento estratégico robusto e cuidadosamente elaborado, nossa instituição tem sido capaz de estabelecer metas e objetivos, priorizar suas ações e alocar seus recursos com uma eficiência exemplar.

Ao longo dos anos, temos dedicado consideráveis esforços à melhoria contínua de nossa governança e dos processos de gestão, sempre com uma perspectiva voltada para a obtenção de resultados eficazes e solucionadores em prol da sociedade capixaba, mantendo nosso foco estratégico de longo prazo.

Nesse contexto, é imprescindível que sejamos ágeis na adaptação a um ambiente caracterizado por mudanças constantes, influenciado por uma diversidade de fatores, tais como mudanças sociais, legais, econômicas, tecnológicas e políticas. O MPES assume um compromisso proativo em relação a desafios emergentes, uma postura que se reflete em nosso Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico MPES 2024-2032, lançado em abril de 2023. Essa iniciativa visa não apenas acompanhar as dinâmicas do cenário, mas também promover uma atuação ministerial ainda mais eficaz e responsável, com ênfase na otimização de recursos, na contínua melhoria da prestação de serviços, no cultivo da transparência, na adoção de inovações e na avaliação constante do nosso desempenho.

No desenvolvimento do projeto, foi considerado o alinhamento ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, refletindo o compromisso da

instituição com a promoção da justiça, defesa dos direitos sociais e proteção do patrimônio público e social.

A partir desses ajustes no planejamento estratégico e na definição de novas estratégias, o MPES reforça sua capacidade de cumprir integralmente sua nobre missão de assegurar os direitos fundamentais. Dessa forma, nossa instituição permanece desempenhando um papel verdadeiramente essencial na preservação da ordem e da democracia em nossa sociedade.

Francisco Martínez Berdeal

Secretário-Geral e Responsável pela Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)

Introdução

O presente documento é fruto do Projeto de Revisão do Planejamento Estratégico do MPES para o período de 2024 a 2032, considerando as diretrizes estabelecidas pela Portaria nº 8.565, de 4 de outubro de 2017, e pela Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016.

O intuito do projeto foi adequar a estratégia institucional aos novos cenários, colaborando, assim, para o aprimoramento contínuo na prestação de serviços à sociedade.

Para tanto, a iniciativa foi dividida em fases, que incluíram o alinhamento da estratégia, com análise dos elementos dos Mapa Estratégico 2020-2023; o levantamento das expectativas internas e das demandas da sociedade e, por fim, o detalhamento com a definição de objetivos e diretrizes estratégicas.

O projeto foi gerenciado pelo Secretário-Geral do Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça, Coordenador da AGE, e

executado pela equipe técnica da Unidade de Planejamento e Projetos da AGE, com apoio da Assessoria de Comunicação.

Como resultado, foram elaborados os subsídios necessários para implementação da estratégia em todas as unidades organizacionais, com foco especial nas Procuradorias e Promotorias de Justiça, aproximando, ainda mais, a instituição da sociedade capixaba.

Importante destacar, ainda, que no momento da revisão do plano estratégico institucional buscou-se o paralelismo temporal com a construção do Plano Plurianual do Estado do Espírito Santo 2024-2027, possibilitando uma melhor orientação na elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário, conferindo maior eficiência na execução e possibilitando a implementação de uma gestão por resultados.

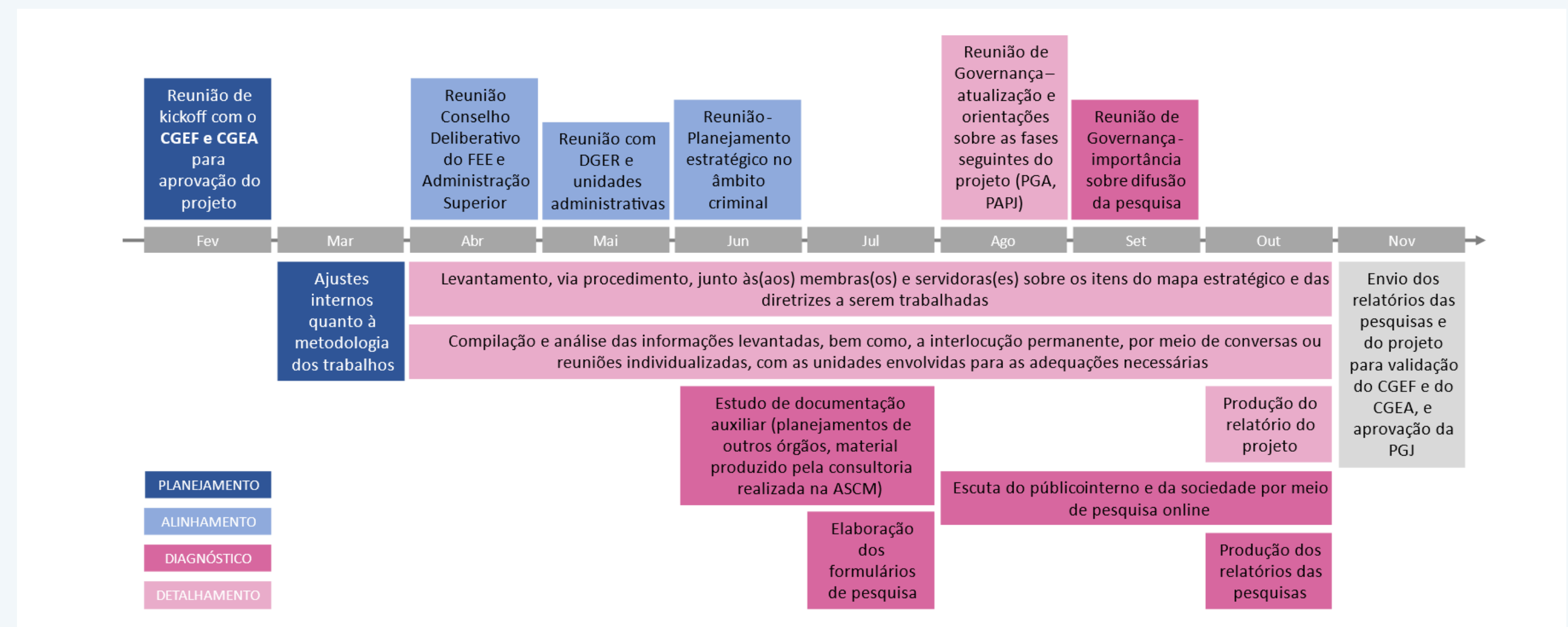
A história do projeto de revisão do planejamento estratégico

O processo de revisão do planejamento estratégico foi delineado considerando algumas premissas das quais destacam-se:

- A manutenção dos elementos estruturais do mapa estratégico atual no que tange à Missão, à Visão, aos Valores, à sua divisão em três perspectivas e aos agrupamentos dos temas de atuação em objetivos estratégicos;
- A promoção da escuta aos públicos interno e externo;
- Alinhamento, respeitadas as devidas especificidades, ao Plano Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP);
- Atenção aos objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) que compõem a Agenda 2020-2023 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, a construção foi estruturada em etapas que proporcionassem uma releitura e proposições de ajustes na estratégia vigente, o alinhamento das expectativas dos

públicos interno e externo, bem como o detalhamento do novo plano com a definição das diretrizes de atuação institucionais.



Como etapa inicial, foi necessário o desenvolvimento de ações para fomentar o envolvimento de membras(os) e servidoras(es), notadamente que atuam em unidades organizacionais de nível tático relacionadas à atividade finalística, bem como aquelas relacionadas à área meio.

Assim, a Procuradora-Geral de Justiça promoveu, nos dias 18 e 25 de abril, reuniões de Governança com o Conselho Deliberativo do Fórum de Execução Estratégica (FEE), com a participação de membras e membros integrantes da Administração Superior, Centros de Apoio, Grupos de Trabalho e Núcleos. Já as unidades organizacionais administrativas foram envolvidas em reunião realizada em 29 de maio de 2023.

A partir desses chamamentos, essas lideranças foram estimuladas a promover junto às(aos) demais integrantes do MPES conversas, reuniões ou outros modos de colaboração que permitissem, neste momento, um levantamento de informações para formar as bases dos novos instrumentos orientadores da estratégia institucional.

Após a compilação e a análise dos dados iniciais, chegou o momento de refinar as informações na etapa de diagnóstico que contemplou:

- a análise do estudo da consultoria realizada junto à Assessoria de Comunicação do MPES que contou com a participação, por meio de entrevistas e dinâmicas de grupos, de diversos atores que interagiram com o MPES;
- escuta da sociedade por meio de pesquisa online (disponibilizada entre os dias 23 de agosto e 6 de outubro de 2023), que foi divulgada no site e nas redes sociais institucionais, para captar as demandas e a percepção que a população tem em relação ao trabalho do MPES; e
- a consulta às(aos) membras(os), às(aos) servidoras(es) e às(aos) colaboradoras(es), por meio de pesquisa online, para coletar informações em relação às diretrizes estratégicas institucionais e às demandas administrativas.

Concluída a análise do diagnóstico, foi possível finalizar a redação dos elementos-chave (missão, visão, valores, objetivos e diretrizes estratégicas) do Planejamento Estratégico MPES 2024-2032. Desse modo, para cada

objetivo explicitado no mapa, foram definidas as macroestratégias, denominadas diretrizes, com a finalidade de orientar as iniciativas ou as ações de intervenção que permitirão ao MPES o alcance de seus objetivos. Ou seja, as diretrizes orientam a forma de atingir os objetivos definidos no mapa estratégico, por meio de projetos, iniciativas ou atividades de forma organizada, facilitando a execução e viabilizando a atuação simultânea em todos os níveis da instituição (estratégico, tático e operacional).

Cabe destacar que, considerando a dinâmica social que pode a qualquer momento demandar novas intervenções das instituições, o modelo de planejamento adotado pelo MPES permite ajustes, sempre que necessário e conveniente, notadamente nas diretrizes estratégicas.

A seguir, serão apresentados o Mapa Estratégico contendo a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos institucionais; em seguida as Diretrizes Estratégicas, que orientaram a atuação do MPES.

Estes três elementos abaixo são componentes cruciais da identidade e da cultura de uma organização. Eles ajudam a definir seus objetivos, orientam as decisões estratégicas e moldam o comportamento de suas(seus) integrantes e a interação com clientes, parceiras(os) e a sociedade em geral.

Missão

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.



A missão é a declaração fundamental de propósito de uma organização, empresa ou entidade. Ela descreve a razão pela qual a organização existe, seu principal objetivo e o que ela busca alcançar. A missão geralmente é voltada para o presente e responde à pergunta “O que fazemos?”.

Visão

Ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade.



A visão é uma afirmação que descreve o futuro desejado de uma organização. Ela representa a imagem ou estado ideal que ela aspira a alcançar a longo prazo. A visão é frequentemente inspiradora e orienta a tomada de decisões estratégicas. Ela responde à pergunta “Aonde queremos chegar?”.

Valores

Transparência, Ética, Justiça, Respeito e Eficiência.



Os valores representam os princípios fundamentais e crenças que orientam o comportamento e as ações de uma organização e de suas(eus) integrantes. Os valores estabelecem as diretrizes éticas e morais que a organização preza e busca manter em todas as suas atividades. Eles respondem à pergunta “Quais princípios são importantes para nós?”.

Mapa estratégico

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os direitos sociais e individuais indisponíveis para a concretização do pleno exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

Ser uma instituição resolutiva na defesa dos direitos da sociedade.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Defender os direitos humanos, em especial, das crianças e dos adolescentes, das famílias, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas de violência de gênero, e das demais pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro, à sonegação fiscal, aos crimes na administração pública, aos ilícitos eleitorais e às irregularidades nas entidades do terceiro setor.

Estimular a eficiência do sistema de defesa das(os) consumidoras(es), assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa de seus direitos.

Atuar proativamente no combate a todas as formas de violência, em especial as oriundas de grupos organizados, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal, visando à efetividade da segurança pública.

Defender o acesso da população aos serviços de atenção à saúde.

Assegurar o direito à educação, de forma inclusiva e equitativa, bem como a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

Fomentar a proteção e a defesa do meio ambiente, sendo indutor dos poderes públicos e da sociedade na busca pela concretização das políticas públicas e pela reparação dos danos causados.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Promover a atuação integrada com os setores público e privado e com a sociedade civil.

Fortalecer a comunicação institucional, potencializando a transparência e a interação com a sociedade.

Potencializar a resolutividade judicial e extrajudicial, por meio do estímulo ao diálogo e à autocomposição de conflitos.

Garantir rotinas de trabalho eficientes e eficazes, potencializando a estratégia institucional e sua governança, em prol da sustentabilidade.

Aperfeiçoar a atividade investigativa, de inteligência e de segurança institucional.

PESSOAS, ESTRUTURA E RECURSOS

Prover quadro funcional preparado de acordo com as competências necessárias à atividade institucional.

Promover ambiente de trabalho saudável e colaborativo, com a efetivação da política de gestão de pessoas.

Impulsionar o processo de transformação digital, incorporando a tecnologia na estratégia institucional.

Assegurar a infraestrutura física e o suporte adequados à atuação do MPES.

Zelar pela disponibilidade e pela aplicação eficiente dos recursos orçamentários alinhadas às prioridades estratégicas.

VALORES



TRANSPARÊNCIA

ÉTICA

JUSTIÇA

RESPEITO

EFICIÊNCIA



Clique nos objetivos estratégicos e saiba mais.



Resultados para a Sociedade

Contém 7 (sete) objetivos estratégicos que se relacionam à atividade finalística da instituição e que dão cumprimento às funções constitucionais e legais do órgão. Os focos são: Direitos Humanos e suas diversas variações; Patrimônio Público, Fundações e Eleitoral; Direito do Consumidor; Segurança Pública; Acesso à Saúde; Direito à Educação e Proteção ao Meio Ambiente.





Resultados para a sociedade

Direitos humanos

Objetivo

Defender os direitos humanos, em especial, das crianças e das(os) adolescentes, das famílias, das pessoas idosas, das pessoas com deficiência, das mulheres vítimas de violência de gênero, e das demais pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social.

Descrição

Combater qualquer tipo de violação, preconceito e discriminação, fomentando a implementação de políticas públicas e a consolidação das redes de atendimento, proteção e acolhimento, buscando assegurar a observância dos direitos humanos, sobretudo os das pessoas em situação de vulnerabilidade social, como as crianças e as(os) adolescentes, as(os) idosas(os), as pessoas com deficiência, as vítimas de violência de gênero contra as mulheres e as vítimas de racismo.





Resultados para a sociedade

Direitos humanos

Diretrizes Estratégicas

- Implementação de ações para o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes;
- Estruturação e adequação dos Conselhos Tutelares nos municípios;
- Estruturação e adequação dos serviços de acolhimento institucional e familiar;
- Formação da rede de defesa de direitos das crianças e dos adolescentes;
- Implementação da escuta especializada nos municípios;
- Implementação do serviço de acolhimento familiar nos municípios;
- Estruturação e adequação das unidades socioeducativas de internação e semiliberdade;
- Implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância;
- Monitoramento da execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
- Incentivo à elaboração e à implementação de planos municipais de execução e ao acompanhamento de medidas socioeducativas;
- Incentivo à priorização do investimento público na execução das medidas socioeducativas em meio aberto;
- Fortalecimento da atuação ministerial em prol da juventude;
- Aprimoramento da atuação ministerial na área da família, por meio de maior unidade institucional, visando à ampliação da resolução de conflitos extrajudiciais;
- Fortalecimento e monitoramento da rede de proteção à pessoa idosa e à pessoa com deficiência;
- Promoção da defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos de relevância social, em matéria de cidadania;
- Fomentar a implementação de políticas públicas para as pessoas LGBTQIA+;
- Fortalecimento da política institucional de diversidade sexual e de identidade de gênero;





Resultados para a sociedade

Direitos humanos

Diretrizes Estratégicas

- Fiscalização e monitoramento da política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fiscalização e monitoramento da rede socioassistencial (SUAS);
- Implementação da política estadual para a população em situação de rua do ES;
- Articulação interinstitucional para fomentar a implementação de políticas públicas para a efetivação do direito social à moradia;
- Promoção da igualdade étnico-racial, do combate ao racismo e ao preconceito;
- Promoção do respeito à diversidade, notadamente, cultural e religiosa;
- Combate à tortura;
- Promoção da proteção e da garantia dos direitos e do apoio às vítimas;
- Promoção de atuação interinstitucional voltada à sistematização de procedimentos, às comunicações e aos registros de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano;
- Estimular a promoção e acompanhar a realização de campanhas e ações educativas de prevenção e enfrentamento das várias formas de violências contra as mulheres, com as Promotorias de Justiça, em todo o Estado do Espírito Santo;
- Estruturação e qualificação das políticas públicas de defesa dos direitos das mulheres, com ênfase no enfrentamento da violência doméstica e familiar;
- Contribuir para a articulação e a qualificação da atuação da rede de enfrentamento e de atendimento às mulheres em situação de violência;
- Implementação de ações e acompanhamento das políticas públicas para mulheres;
- Fortalecimento das instâncias de controle social.





Resultados para a sociedade

Patrimônio público, Fundações e Eleitoral

Objetivo

Intensificar a prevenção e o combate à corrupção, à improbidade administrativa, à lavagem de dinheiro, à sonegação fiscal, aos crimes na administração pública, aos ilícitos eleitorais e às irregularidades nas entidades do terceiro setor.

Descrição

Fortalecer a defesa do patrimônio público pela implementação de ações de controle, de prevenção de atos de improbidade administrativa e de crimes na administração pública, principalmente no incentivo à competência administrativa, no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e na busca pelo respeito aos princípios constitucionais que norteiam a administração pública. Do mesmo modo, fortalecer o combate à sonegação fiscal, intensificando, em parceria com os demais órgãos que atuam na área, a prevenção, a identificação e a repressão das fraudes fiscais estruturadas. Além disso, atuar no processo eleitoral, promovendo ações preventivas e repressivas contra a corrupção eleitoral, o uso abusivo da máquina administrativa, as(os) candidatas(os) “ficha-suja”, a propaganda eleitoral irregular e os ilícitos cíveis e criminais eleitorais. No que tange ao terceiro setor, adotar medidas que promovam o velamento efetivo das fundações.



Patrimônio público, Fundações e Eleitoral

Diretrizes Estratégicas

- Aprimoramento da atuação ministerial no combate à corrupção e à sonegação fiscal;
- Avaliação dos entes públicos no cumprimento da transparência da Lei de Acesso à Informação;
- Fortalecimento de ouvidorias públicas;
- Fortalecimento do controle social;
- Mapeamento de risco de irregularidade na gestão pública;
- Fomento à integração de sistemas de informação e ferramentas tecnológicas utilizados na investigação de corrupção, improbidade administrativa e sonegação fiscal;
- Intensificação da atuação colaborativa com as demais instituições que atuam no combate à sonegação fiscal, para intercâmbio de informações e planejamento de ações conjuntas;
- Fomento à utilização do acordo de não persecução civil como forma de garantir uma rápida solução do caso com a preservação do interesse público e da tutela adequada, tempestiva e efetiva dos direitos;
- Velamento das fundações de direito privado;
- Enfrentamento da corrupção eleitoral com destaque ao combate às(aos) candidatas(os) “ficha-suja” e ao uso abusivo da máquina administrativa, com finalidade eleitoral (condutas vedadas às(aos) agentes públicos em campanhas eleitorais);
- Combate à propaganda eleitoral irregular;
- Fortalecimento da atuação eleitoral;
- Aproximação com a sociedade civil, partidos políticos e/ou candidatas(os) a fim de discutir e esclarecer sobre temas eleitorais.





Resultados para a sociedade

Direito do consumidor

Objetivo

Estimular a eficiência do sistema de defesa das(os) consumidoras(es), assegurando o acesso à informação e a autonomia das pessoas para defesa de seus direitos.

Descrição

Atuar no fortalecimento da autonomia das(os) cidadãs(ãos) na defesa dos seus direitos e da sociedade, por meio da promoção de ações para a implementação e a efetividade da rede de proteção à(ao) consumidora(consumidor) e aos demais órgãos de vigilância, além de informar e orientar a população acerca dos seus direitos nas relações de consumo.

Diretrizes Estratégicas

- Proteção das(os) cidadãs(ãos) nas relações de consumo;
- Fortalecimento da rede de proteção à(ao) consumidora(consumidor), incluindo a qualificação do Procon municipal;
- Estímulo a ações em prol da segurança alimentar;
- Implementação de estratégias de monitoramento e controle de agrotóxico na produção e na comercialização de frutas e hortaliças;
- Apoio ao combate ao superendividamento.





Resultados para a sociedade

Segurança pública

Objetivo

Atuar proativamente no combate a todas as formas de violência, em especial as oriundas de grupos organizados, no controle externo da atividade policial e no cumprimento da Lei de Execução Penal, visando à efetividade da segurança pública.

Descrição

Contribuir para a segurança da população, na forma real e percebida, atuando junto aos órgãos de enfrentamento de todas as formas de violência, em especial as oriundas de grupos organizados, privilegiando, nesse processo, as ações de inteligência. Fomentar a adequada estrutura do aparelho estatal, atuando em todas as etapas de articulação da rede de segurança pública. Buscar mais eficiência dos órgãos envolvidos na persecução penal, a fim de garantir efetividade à prestação jurisdicional, inclusive no tocante à ressocialização das(os) apenadas(os). Fomentar a prática de policiamento de proximidade e atuar na prevenção ao comportamento desviante/criminoso.





Resultados para a sociedade

Segurança pública

Diretrizes Estratégicas

- Garantia do correto cumprimento das penas e das medidas de segurança;
- Fiscalização da aplicação e gestão dos recursos públicos destinados ao sistema prisional e à segurança pública;
- Atuação estratégica para a manutenção do controle dos estabelecimentos prisionais, mitigando as ações de grupos e facções criminosas, com vistas à segurança de presas(os), servidoras(es) prisionais, prestadoras(es) de serviço e visitantes;
- Proatividade e impulsionamento das ações de ressocialização de internas(os) e egressas(os);
- Disseminação do método APAC;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos do controle externo da atividade policial;
- Articulação interna e externa ao MP para implementação dos conselhos de segurança pública e defesa social nos respectivos entes públicos (Lei n.º 13.675/2018);
- Redução dos índices de vitimização e letalidade policial;
- Fortalecimento da atuação criminal frente aos crimes cibernéticos;
- Atuação estratégica em casos criminais complexos, especialmente, em crimes violentos letais intencionais e feminicídio;
- Atuação priorizada aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes;
- Tráfico de drogas e crimes patrimoniais;
- Medidas de reparação de danos à vítima.





Resultados para a sociedade

Acesso à saúde

Objetivo

Defender o acesso da população aos serviços de atenção à saúde.

Descrição

Atuar para a garantia e a ampliação do acesso ao direito integral à saúde, fundamentado nas diretrizes e nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda, nesse sentido, subsidiar ações conjuntas e uniformes objetivando a implementação de Políticas Públicas, Redes de Atenção à Saúde e Programas voltados para a área da saúde pública no âmbito do Estado do Espírito Santo.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Atenção Materno Infantil;
- Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Saúde Mental;
- Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Saúde Básica;
- Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do acesso e na adequação da Rede de Saúde Bucal.





Resultados para a sociedade

Direito à educação

Objetivo

Assegurar o direito à educação, de forma inclusiva e equitativa, bem como a correta aplicação das verbas públicas, fortalecendo o controle social.

Descrição

Garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade, atuando com foco no acesso e na permanência na escola. Para tanto, o Ministério Público deve ter como principais objetivos a universalização da educação básica, com ênfase na educação infantil e no ensino médio, a fiscalização da implementação das políticas públicas essenciais e a correta aplicação das verbas educacionais, por meio do fortalecimento do controle social.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecimento da atuação ministerial na garantia do direito à educação com vistas à universalização da educação para redução da desigualdade social;
- Monitoramento das ações de enfrentamento dos impactos da pandemia de Covid-19 na educação, inclusive a evasão e abandono escolar;
- Monitoramento da ampliação da oferta de educação em tempo integral;
- Monitoramento da aplicação verbas públicas da educação, notadamente as provenientes do Novo Fundeb;
- Promoção da educação antirracista.





Resultados para a sociedade

Proteção ao meio ambiente

Objetivo

Fomentar a proteção e a defesa do meio ambiente, sendo indutor dos poderes públicos e da sociedade na busca pela concretização das políticas públicas e pela reparação dos danos causados.

Descrição

A defesa e a proteção do meio ambiente buscam promover a proteção dos recursos naturais e a reparação da degradação ocorrida, devendo ser observado, quando necessário, um aspecto mais holístico, ou seja, a necessidade dessa proteção estar alinhada com o desenvolvimento sustentável.





Resultados para a sociedade

Proteção ao meio ambiente

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas;
- Esgotamento sanitário;
- Cobertura Florestal - Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Programa de Regularização Ambiental (PRA);
- Regularização dos Núcleos Urbanos (irregulares) em área rural;
- Educação Ambiental;
- Unidades de Conservação;
- Prevenção de desastres naturais - mudanças climáticas;
- Proteção à fauna (Programa em defesa da vida animal doméstica);
- Sistematizar, referenciar e padronizar o processo de valoração monetária dos danos ambientais no MPES, dando robustez à reparação dos danos ambientais;
- Promover medidas de reparação por danos socioambientais e socioeconômicas;
- Fomento à implementação das Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.



Eficiência Operacional

Essa perspectiva é constituída por 5 (cinco) objetivos estratégicos que conectam as atividades centrais e de apoio da organização, visando otimizar a atuação ministerial, tanto no âmbito judicial como extrajudicial, além de aprimorar a governança institucional.





Eficiência operacional

Atuação integrada

Objetivo

Promover a atuação integrada com os setores público e privado e com a sociedade civil.

Descrição

Atuar de forma mais integrada com os setores público e privado e com a sociedade civil, no intuito de estimular o desenvolvimento e a concretização de políticas que melhor atendam aos anseios sociais, além de estreitar o relacionamento com instituições e organizações sociais, de forma a potencializar as ações ministeriais nos seus focos de atuação.

Diretrizes Estratégicas

- Aprimoramento da atuação integrada;
- Aplicabilidade dos acordos de cooperação técnica e convênios firmados.





Eficiência operacional

Comunicação

Objetivo

Fortalecer a comunicação institucional.

Descrição

Fortalecimento e divulgação do Ministério Público do Estado do Espírito Santo que garanta uma eficiente comunicação com os públicos interno e externo, de forma a proporcionar um ambiente favorável à busca efetiva dos direitos fundamentais e à defesa do exercício da cidadania.

Diretrizes Estratégicas

- Fortalecimento da comunicação institucional;
- Fortalecimento da transparência das informações internas e externas;
- Ampliação de campanhas e de ações de relacionamento com a sociedade;
- Ampliação da interlocução e do relacionamento com veículos de comunicação e demais formadores de opinião;
- Aprimoramento contínuo de ferramentas e sistemas de comunicação interna e externa;
- Preservação da memória institucional;
- Aprimoramento, ampliação e divulgação dos canais de atendimento da Ouvidoria e da Ouvidoria das Mulheres.





Eficiência operacional

Resolutividade extrajudicial e judicial

Objetivo

Potencializar a resolutividade judicial e extrajudicial por meio do estímulo ao diálogo e à autocomposição de conflitos.

Descrição

Estimular a solução consensual e efetiva de conflitos por meio da atividade de autocomposição, de metodologias de diálogo deliberativo e de demais mecanismos de atuação extrajudicial e judicial disponíveis ao Ministério Público - antes, durante e depois processo - assegurando mais celeridade e efetividade na resolução de questões de interesse social.

Diretrizes Estratégicas

- Fomento da cultura e esclarecimento do potencial resolutivo dos meios autocompositivos de resolução de conflitos;
- Aprimoramento das técnicas de autocomposição junto às(aos) membras(os) do Ministério Público;
- Utilização de mecanismos jurídicos adequados, efetivos e eficientes, visando à resolutividade judicial de conflitos;
- Análise de dados da atividade finalística;
- Acompanhamentos dos procedimentos judiciais e extrajudiciais;





Eficiência operacional

Governança, gestão e sustentabilidade

Objetivo

Garantir rotinas de trabalho eficientes e eficazes, potencializando a estratégia institucional e sua governança, em prol da sustentabilidade.

Descrição

Garantir a eficiência da atuação dos órgãos de execução e das áreas de apoio e administrativas, bem como a integridade e a sustentabilidade em todas as suas dimensões, por meio de práticas que envolvam a avaliação, o monitoramento, a articulação, a coordenação e o alinhamento das ações relacionadas aos objetivos institucionais voltados à sociedade, inclusive a partir da análise de dados de atuação funcional, com vistas, entre outros objetivos, à redução de custos, à duração razoável dos processos e procedimentos e à adequação e justiça das decisões.

Diretrizes Estratégicas

- Aprimoramento de processos e ferramentas com vistas à gestão estratégica e à inovação;
- Gestão Administrativa;
- Desenvolvimento do Programa de Integridade para o MPES;
- Difusão da cultura, da análise e da tomada de decisão orientada por dados;
- Conscientização e integração da sustentabilidade nas políticas e práticas do MPES;
- Acompanhamentos dos procedimentos judiciais e extrajudiciais;
- Gestão documental.





Eficiência operacional

Atividade investigativa e de segurança institucional

Objetivo

Aperfeiçoar a atividade investigativa, de inteligência e de segurança institucional.

Descrição

Aperfeiçoar a atividade investigativa, a produção de conhecimento por meio da melhoria de técnicas e roteiros investigativos, do incremento da estrutura humana e tecnológica e do compartilhamento de informações, visando à credibilidade da fundamentação, à segurança institucional e à eficiência da atuação do órgão ministerial.

Diretrizes Estratégicas

- Aprimoramento das ferramentas tecnológicas de investigação, de inteligência e de segurança institucional, incluindo a atuação em rede;
- Desenvolvimento de membras(os), servidoras(es) e colaboradoras(es) em atividades investigativas, de inteligência e de segurança institucional.





Pessoas, Estrutura e Recursos

Essa perspectiva engloba 5 (cinco) objetivos estratégicos que abordam a otimização da eficiência e da eficácia do MPES no que se refere à administração de recursos humanos, tecnológicos, infra estruturais e financeiros.





Pessoas, estrutura e recursos

Capacitação

Objetivo

Prover quadro funcional preparado de acordo com as competências necessárias à atividade institucional.

Descrição

Desenvolver políticas e práticas de recrutamento e capacitação, que assegurem o desenvolvimento do quadro funcional alinhado às competências necessárias à atuação do MPES para o alcance dos objetivos institucionais e da efetividade na prestação de serviços à sociedade.

Diretrizes Estratégicas

- Desenvolvimento de competências alinhadas à estratégia;
- Gestão de conhecimento.





Pessoas, estrutura e recursos

Gestão de pessoas

Objetivo

Promover ambiente de trabalho saudável e colaborativo, com a efetivação da política de gestão de pessoas.

Descrição

Criar um ambiente de trabalho com condições favoráveis à inovação, à integração, à qualidade de vida e à segurança no trabalho, além de estimular a adoção de mecanismos de gestão e de reconhecimento de toda a força de trabalho, de forma a instituir os pilares de uma cultura orientada a resultados, que incentive as pessoas a alcançarem níveis superiores de desempenho, favorecendo a produtividade e a qualidade da atuação do MPES.

Diretrizes Estratégicas

- Gestão Estratégica de Pessoas - GEP;
- Aperfeiçoamento e inovação de práticas departamentais.





Pessoas, estrutura e recursos

Tecnologia e inovação

Objetivo

Impulsionar o processo de transformação digital, incorporando a tecnologia na estratégia institucional.

Descrição

Maximizar o potencial transformador da tecnologia, utilizando-a estrategicamente para impulsionar a inovação e aprimorar a produtividade, a eficiência e os resultados institucionais.

Diretrizes Estratégicas

- Desenvolvimento de boas práticas de governança e gestão da TI;
- Gestão da segurança da informação, dos riscos e da continuidade dos serviços de TI;
- Provimento, sustentação e aperfeiçoamento de soluções de TI;
- Gestão de aquisições, contratos e orçamentos de TI de forma eficiente, íntegra e transparente;
- Promoção de iniciativas inovadoras, serviços centrados na(o) cidadã(ão), interoperabilidade, cultura de dados e transparência;
- Gestão de pessoas, cuidando de competências, capacidade, desempenho e bem-estar da equipe de TI;
- Governança e gestão de dados.



Infraestrutura física

Objetivo

Assegurar a infraestrutura física e o suporte adequados à atuação do MPES.

Descrição

Garantir a infraestrutura física adequada às necessidades de membras(os), servidoras(es) e demais colaboradoras(es), e que, sobretudo, possibilite o fácil acesso da população ao atendimento nas Promotorias de Justiça e nas demais unidades administrativas, com destaque para as pessoas com necessidades especiais. Além disso, fornecer suprimentos e mobilidade para o exercício das atividades ministeriais.

Diretrizes Estratégicas

- Construção, ampliação e reformas;
- Manutenção das unidades;
- Fornecimento dos materiais necessários ao funcionamento das unidades;
- Gestão da frota institucional.



Gestão orçamentária

Objetivo

Zelar pela disponibilidade e pela aplicação eficiente dos recursos orçamentários alinhadas às prioridades estratégicas.

Descrição

Planejar e gerenciar o orçamento de forma transparente e alinhado aos objetivos de longo prazo da instituição, garantindo a execução da estratégia, bem como sua sustentabilidade financeira.

Diretrizes Estratégicas

- Alinhamento do planejamento orçamentário aos objetivos institucionais;
- Fomento à captação de recursos externos.



Mais
perto.
Mais
público.

MPES
MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Espírito Santo